

IMPLICAÇÕES DA FORMAÇÃO CONTINUADA DA REDE MUNICIPAL DO RECIFE: DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA À ATUAÇÃO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lucila Valéria Costa Afonso de Arruda Rodrigues

Secretaria de Educação da cidade do Recife, Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire
Faculdade Frassinetti do Recife- lucila.arruda@bol.com.br

Magali Maria de Lima Ribeiro

Secretaria de Educação da cidade do Recife, Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire Professora pesquisadora do Plano Nacional de Formação de Professores PARFOR da Universidade de Pernambuco – Campus Mata Note. -magaliribeiro12@yahoo.com.br

Resumo:

A pesquisa em tela é parte de um trabalho final, do curso de especialização em Coordenação Pedagógica e teve como objetivo analisar as implicações da Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino do Recife na percepção dos coordenadores pedagógicos da Educação Infantil. O ancoramento teórico referencia autores como: Ribeiro (2016), Libâneo (2007), Freire (1983), Nóvoa (1997), Kronbauer (2012), e pautou-se por uma metodologia qualitativa. Tendo como foco as políticas públicas de formação continuada e suas implicações nas práticas pedagógicas, utilizando como instrumentos de coleta de dados, o questionário, a observação participante e a análise documental. A experiência investigativa permitiu compreender a relevância dos momentos de formação para o profissional da educação e quão significativa é a mediação do coordenador pedagógico no âmbito escolar.

Palavras-chave: Formação Continuada, Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas.

Introdução

A formação continuada de educadores tem sido uma temática de ampla discussão no cenário educativo atual, uma vez que no Brasil o processo formativo dos educadores tem necessitado preencher muitas lacunas deixadas pela formação inicial, tanto nas questões que tocam a profissionalidade, como nas questões de fortalecimento e ampliação do status social dessa categoria. Desse modo, o objetivo deste estudo foi analisar as implicações da Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino do Recife na percepção dos coordenadores (as) Pedagógicos (as) que atuam na Educação Infantil. Nas últimas décadas se intensificaram os discursos educativos voltados para a garantia dos Direitos de aprendizagem dos/as estudantes. Na esfera pública isso é notório, uma vez que cresceram o número de políticas educacionais visando uma educação de qualidade.

Nesse contexto, a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal do Recife também vem desenvolvendo ações direcionadas para a melhoria do ensino e da aprendizagem, tanto com foco nos estudantes quanto na formação dos docentes dos diversos segmentos e modalidades de ensino¹. De acordo com Libâneo (2001):

[...] A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove para todos os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. (LIBÂNEO, 2001, p.117-118)

Compreendemos, a partir da citação acima, que essa qualidade esta diretamente atrelada à função social da escola, que se permanecer fechada às transformações galopantes que ocorrem na sociedade, terá poucas possibilidades de cumpri-la. Como diz Freire (1983) o Homem é um ser inacabado. Portanto, estamos sempre aprendendo, aperfeiçoando, questionando, produzindo mais e melhor. Nessa ordem de ideias, a educação de qualidade respeita a criança não apenas na sua condição de criança, mas na apropriação e manifestação de seus pensamentos e emoções sem constrangimentos.

Reforçando assim sua cidadania colaborando com a formação integral do sujeito, provocando situações que lhe impulsionem ao avanço e o desafiem na vida em sociedade. Assim sendo, nosso maior desafio como educadores é:

Caracterizar a educação como processo que identifica as (os) estudantes enquanto indivíduos que tem identidades e identificações diante da diversidade, como sujeitos que fazem parte de uma cultura e têm o direito a ampliar seus conhecimentos construindo novas e significativas aprendizagens. (RECIFE, 2014, p.40)

Entendemos que o espaço escolar é um lugar de construção e ampliação de conhecimentos, levando em consideração o contexto social e as experiências prévias dos (as) estudantes. Concordamos com (SILVA, 1995 *apud* LIBÂNEO, 2011) quando afirma que a escola não pode ser comparada a uma empresa e o estudante a um cliente. Mas parte integrante dela, um sujeito atuante e participativo que constrói seus saberes e sua identidade.

Nesse entendimento, a Rede Municipal de Ensino do Recife, promove através do exercício e do direito conquistado da aula atividade de acordo com a Lei ordinária nº18.033/2014 que dispõe sobre a implementação Municipal, atendendo a Lei Federal 11.738/2008, o momento de formação continuada de seus educadores (as), mensalmente, visando à melhoria da qualidade de ensino, assim como a reflexão no coletivo, das práticas

¹ Atende a Educação Infantil, Ensino Fundamental I (ciclo de alfabetização e quartos e quintos anos), Ensino Fundamental II (do sexto ao nono ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

pedagógicas, através da socialização das experiências e do estudo reflexivo das necessidades assinaladas pelos (as) mesmos (as), através de instrumento avaliativo, de registro das temáticas, relevantes ao processo do ensino e aprendizagem.

Nesse quadro de análise, a vivência desse processo reflexivo através do movimento de agir-refletir-agir, nos leva a considerar então que, a escola é um espaço político, na qual novas formas de democracia podem ser vivenciadas, em que “relações de poder autoritárias, discriminatórias podem se transformar em relações de autoridade partilhada” (SANTOS, 2010, p. 270).

A partir dos argumentos postos, e nessas relações sociais e de trabalho estabelecidas no âmbito escolar, o Coordenador Pedagógico destaca-se em sua identidade formativa e em sua função mediadora, uma vez que atua profissionalmente no espaço escolar onde acontece, ou, deveriam acontecer, as construções e ressignificações de tais relações. Desse modo, de acordo com (NÓVOA 1997 *apud* KRONBAUER, 2012, p.31), “a formação não se constrói por acumulação, mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal”.

Assim sendo, o coordenador pedagógico terá esse olhar reflexivo e questionador contínuo, de identificação da realidade e dos mecanismos que possibilitem a superação dos limites detectados, esse olhar atento o ajudará a organizar suas ações formadoras, tanto de sua profissionalidade, como dos professores no exercício de sua docência. Assim sendo, a Formação Continuada proporcionará esses momentos de troca e reflexão, quer no espaço escolar ou fora dele, ampliando e fortalecendo a integração entre os participantes do processo educativo.

Para uma maior compreensão do leitor, registra-se que a investigação em tela perseguiu os seguintes objetivos: Analisar as implicações da Formação Continuada da Rede Municipal de Ensino do Recife na Percepção dos coordenadores (as) Pedagógicos (as) que atuam na Educação Infantil; Reconhecer a importância da Formação Continuada como instrumento de inovação da prática pedagógica; Compreender o exercício da Formação Continuada como um direito à ampliação de conhecimentos, oportunidade de partilhar desafios e possíveis intervenções para prática em sala de aula; Identificar o coordenador pedagógico como mediador do processo formativo e interativo no cotidiano escolar. Nesse sentido, nossa hipótese era de que o Coordenador Pedagógico contribui para as práticas educativas e ações docentes e a Formação Continuada dos/as professores/as coordenadores/as pode contribuir para que esses/as profissionais se constituam enquanto agentes de

transformação nas Práticas Pedagógicas.

Concepções de coordenação pedagógica no sistema educacional brasileiro

Refere-se, pois, que em nossas escolas sempre houve a necessidade de um profissional que articulasse as ações educativas. A ideia de formação de um novo profissional para essa função veio com o parecer 252/1969, complementar à Lei da Reforma Universitária (Lei nº5540/1968), que instituiu as habilitações do curso de pedagogia entre as quais a de supervisor escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 1996 (LDB/96) estabelece um grande avanço para o coordenador pedagógico, uma vez que, em seu Art. 64 garante um modelo de gestão pedagógica ao criar os critérios básicos para função:

A Formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós graduação a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional (BRASIL, 1996).

Nesse contexto, como mediador o coordenador precisa interagir com todos os envolvidos no âmbito escolar.

Pois enquanto mediador e formador deve, fomentar a discussão coletiva, mediar as ações inovadoras, provocar estudos e investigações sobre o que está sendo realizado no espaço escolar situam-se como possibilidades para práticas da coordenação pedagógica que entendam a avaliação da aprendizagem como uma expressão-síntese do que é possível desenvolver num dado contexto formativo. (BATISTA & SEIFFERT, 2009, p. 163).

Sabemos que concepções não mudam instantaneamente com o surgimento de Leis e teorias. Assim sendo, antigas atribuições ainda perpassam a função do coordenador pedagógico que de certa forma se estagnou com o conservadorismo da estrutura escolar tradicional e esse às vezes, por não conhecer suas reais atribuições na escola, acata tudo que lhe é posto à fazer. No âmbito dessa análise, de certa forma, as políticas públicas ainda não conseguem alcançar as necessidades existentes nas escolas. Além disso, não são todas as Redes de Ensino que contam com a presença desse profissional em suas escolas. O que inviabiliza ou dificulta os processos de construção e acompanhamento, assim como de formação docente.

Compreende-se então, que o coordenador Pedagógico envolvido numa atmosfera de gestão democrática, é um articulador, mediador das relações e da qualidade de ensino e de aprendizagem, desenvolvendo desse modo uma gestão participativa, valorizando o trabalho construído pela equipe, ou seja, uma assessoria permanente e continuada da prática docente. De acordo com (LIMA, 2007, p. 60) [...] “quanto mais se busca o conhecimento mais fica evidente que temos muito a aprender”.

Desse modo, torna-se necessário construir essa nova identidade do coordenador pedagógico, isso acontece paulatinamente quando conferimos suas atribuições e internalizamos seu papel, para dar espaço ao desenvolvimento de uma participação democrática efetiva e inovadora. É nessa dinâmica que buscamos uma formação docente com qualidade, pautada em reflexões, desafios e perspectivas, onde o coordenador/professor seja sujeito de suas construções. De acordo com (PLACCO, 2009 *apud* BRUNO 2015, p. 25).

A discussão sobre formação docente é antiga e ao mesmo tempo, atual: antiga, pois, em toda a nossa história da educação tem sido questionada a maneira como são formados nossos professores; atual porque, nos últimos anos, a formação do professor tem se apresentado como ponto nodal das reflexões sobre qualidade do ensino, evasão e reprovação; atual, ainda, por seu significado de ampliação do universo cultural e científico daquele que ensina, dadas as necessidades e exigências culturais e tecnológicas da sociedade.

Pelos argumentos postos na citação acima, é possível compreender que, é nesse contexto de transformações constantes que o coordenador pedagógico apresenta-se como peça fundamental da formação em serviço. É na formação continuada desse profissional que se poderá ressignificar sua função enquanto apoio reflexivo e suporte para a condução do processo educativo vivido nas escolas.

Segundo (GUIMARÃES, 2015, p. 9-10), “a atribuição essencial do coordenador pedagógico está, sem dúvida alguma, associada ao processo de formação em serviço dos professores”. As avaliações e pesquisas realizadas até hoje sobre programas de formação continuada tem mostrado que seu sucesso requer como eixo fundamental a reflexão sobre a prática dos educadores envolvidos, tendo em vista as transformações desejadas para a sala de aula e para a construção da autonomia intelectual dos participantes.

Nesse contexto, o coordenador pedagógico é o articulador e estimulador desse processo de mudança construído no coletivo, como afirma (PRADA, 1997, p. 93): “Os autênticos construtores do conhecimento, aqueles que modificam as relações produtoras de mudanças, são os professores.” O processo educativo é permanente, assim sendo, ser educador é educar-

se permanentemente.

Nessa ordem de ideias, afirma-se que a vida é uma busca incessante de conhecimentos embasados nas experiências e necessidades que surgem, e com elas a busca pelas soluções dos desafios do cotidiano. Percebemos assim, o quanto a formação continuada colabora com esse processo natural e contínuo dos profissionais da educação, como sujeitos autônomos de suas ações, nesse processo de construção e ampliação de conhecimentos e da geração de subsídios que viabiliza meios, progressivamente para as transformações das práticas educativas do cotidiano docente. O grande desafio é instigar o docente a buscar e ressignificar seu papel como educador. Como diz (PARO, 2012, p. 58): “Educar-se é fazer-se humano-histórico, e a marca distintiva do humano-histórico é sua condição de sujeito.” Como sujeitos históricos e construtores do nosso próprio conhecimento, somos eternos aprendizes.

A formação continuada enquanto qualificadora da prática docente do coordenador pedagógico na Educação Infantil

Na ordem desses argumentos, de acordo com (RIBEIRO, 2016) uma política de formação que vise profissionais críticos e reflexivos e que sejam capazes de construir uma identidade profissional, pessoal e coletiva, deve ser pautada na escuta desses, acolher suas aspirações e necessidades, permeando e integrando teoria reflexiva e construções de suportes para superação das intercorrências do cotidiano escolar.

Concordamos com a autora quando afirma que precisamos construir propostas de formação com e a partir deles, cujo foco principal seja uma análise reflexiva, e cuja perspectiva de uma nova ação seja a flexibilidade, a capacidade de ser redirecionada a partir dos resultados avaliativos que devem ser formulados continuamente, assim, ressaltamos as palavras de (NÓVOA, 1997, p. 9) “Não há ensino de qualidade, nem reforma educativa, nem inovação pedagógica sem uma adequada formação de professores”.

Sendo assim, os momentos de formação devem ser pautados na construção de conhecimentos, nas reflexões das problematizações cotidianas que os inquietam na busca de soluções e encaminhamentos, e na valorização do papel social que o professor(a)/coordenador(a) desempenha na sua realidade escolar.

Nesse quadro de ideias, destacamos a importância da formação continuada do professor/coordenador pedagógico, para que possam responder aos desafios de uma educação inovadora por ser construída dentro do espaço escolar, onde o conviver na coletividade legitima uma identidade cidadã pautada na ética e no resgate da valorização deste

profissional. Para isso, é necessária uma política de formação comprometida e fundamentada numa perspectiva do professor/coordenador como pesquisador e produtor de saberes, estabelecendo diálogo com seus pares e a comunidade na qual esta inserido. Dando sentido assim, a sua ação mediadora do conhecimento. Para tanto, faz-se necessário que seu espaço de formação continuada também assuma o ensino nessa perspectiva.

Como afirma (RIBEIRO, 2016) o professor ao assumir o ensino como mediação, pode ajudar os estudantes, promovendo condições e meios para a transformação das experiências cognitivas e construção de significados, orientando-os intencionalmente para objetivos educativos. Nessa ideia de inovação da prática docente, é necessária uma reflexão para a mudança de paradigmas conectando o saber acadêmico com o saber profissional, mediados pela construção de um currículo inovador, realizado na coletividade. Essa autonomia amplia as conquistas de espaços profissionais e reconhecimento social dos docentes.

METODOLOGIA

Utilizamos a pesquisa qualitativa de caráter teórico e empírico. Para fundamentar nossa pesquisa bibliográfica utilizamos como referência: (RIBEIRO, 2016); (FREIRE, 1999); (LIBÂNEO, 2007); Além de outros documentos como a Política de ensino da Rede Municipal do Recife (2014), entre outros. No que diz respeito à parte empírica da pesquisa, utilizamos questionários direcionados aos/as coordenadores/as Pedagógicos da Educação Infantil. Como método de análise dos dados recolhidos no campo empírico foi utilizado a análise de conteúdos, uma vez que, o referido método permite compreender mensagens e concepções implícitas nos conteúdos dos discursos dos participantes da pesquisa. Como *locus* de pesquisa, foi selecionada a Escola de Formação de Educadores do Recife Professor Paulo Freire (EFER Paulo Freire). O espaço fica localizado no bairro da Madalena, Rua Real da Torre, n. 299.

Uma vez que os/as Coordenadores/as pedagógicos e docentes frequentam o espaço onde participam de formações pensadas exclusivamente para sua atuação. Entrevistamos na Escola de Formação Prof. Paulo Freire, 16 coordenadoras Pedagógicas, sendo 5 destas com Formação em Pedagogia, 2 com formação em Psicopedagogia, 2 com formação em Coordenação Pedagógica, 4 não informaram sua formação e 3 tem formação em outras áreas. A idade média das participantes era entre 30 e 50 anos. Todas atuam na Rede Municipal de

Ensino de Recife e estão no exercício da função de Coordenadores Pedagógicos.

Desse modo, registramos que o principal instrumento utilizado para coleta de dados foi um questionário contendo cinco perguntas, cujo objetivo era analisar as implicações da Formação Continuada da RMR na percepção dos coordenadores Pedagógicos que atuam na Educação Infantil. Para efeito deste artigo realizamos um recorte onde contemplamos apenas duas questões as quais passamos a apresentar a seguir.

Na ordem desses argumentos, a primeira questão: *Para você o que é Formação Continuada e qual a importância dela para realização de sua prática enquanto coordenador/docente?* As participantes responderam da seguinte forma:

P1- É a formação durante todo o processo profissional. Ela é fundamental para o conhecimento de nossos saberes e trocas de experiências.

P2- Um processo constante de troca e forma de se manter atualizado. Auxilia bastante no cotidiano a troca de experiência.

P3- Para atualização e troca de experiências e ficar por dentro do que está acontecendo na maioria das escolas.

P4- É atualização do profissional nas questões pedagógicas atualizadas e práticas contínuas. Ela se diz importante, quando ela é realizada de acordo com a prática das salas de aula e quando na escola dispomos de tempo para troca de experiências.

P5- Formação continuada contribui para o desenvolvimento profissional e sua importância está atrelada a atualização visando a melhoria e aperfeiçoamento da prática.

P6- Instrumento inovador para prática importante para melhoria e aprimoramento do cotidiano escolar.

P7- São formações que irão enriquecer e subsidiar a minha prática enquanto profissional; me ajudará a refletir e acompanhar os avanços / mudanças no nosso contexto.

P8- Formação continuada é o estudo e auto aperfeiçoamento em ação, isto é, enquanto no exercício da função, precisamos estudar e nos aperfeiçoar, pois é através do estudo que há crescimento e aperfeiçoamento pedagógico Estudo na unidade de ensino e fora dela.

P9- É a contínua atualização do profissional, visando uma formação sempre em construção.

P10- Muito importante; só acho que deveria ser específico para cada área. Exp: educação infantil, fundamental...

P11- É a formação no exercício da função que contribua para aperfeiçoar a prática e atualizar os conhecimentos.

P12- Formação continuada está só voltada para atender as necessidades do sistema retroalimentado das demandas educacionais. O aspecto humano que a dimensão integrativa enfoca ainda é emblemática na práxis do sistema. Demandas educacionais geradas pela força da globalização, metas e... acredito que melhorará.

P13- Formação continuada é o momento de refletirmos a nossa prática e trocarmos



experiências entre partes (muitas vezes angústias)

P14- Oportunidade de revisitar saberes e ampliá-los sendo de fundamental importância.

P15- Oportunidade de aprender e refletir com os pares sobre temas relevantes para atuar de modo significativo na ação docente/coordenação.

P16- Muito importante, pois nos orienta para criar objetivos mais concretos.

De acordo com os conteúdos analisados, as coordenadoras pedagógicas destacam a importância desse espaço de aprendizagem, troca e interações, visando seu desenvolvimento profissional e atualizações e/ou melhoria de suas práticas. Encontramos (PARO, 2007) afirmando que “a formação precisa ser tomada como um processo de aprendizagem constante, conectando com as atividades e com as práticas profissionais em um contínuo progressivo”. (p.72), assim, compreende-se que o espaço de Formação favorece a produção, a reflexão, o aprofundamento de temáticas que nos remete ao conteúdo já estudado e/ou a novas abordagens. Um espaço de convívio que constituem as experiências pessoais e coletivas dos educadores/coordenadores.

No que pesa a segunda indagação que se referia a: *Quanto à formação oferecida pela PCR, que contribuições ela traz para ajudar a qualificar a sua prática pedagógica e para sua carreira profissional?* Recebemos as seguintes respostas:

P1. Sempre está trazendo reflexões sobre a minha troca e revisitando conteúdos as vezes esquecidos.

P2. Auxilia bastante porque fiz a especialização em psicopedagogia que me ajuda muito na questão da inclusão.

P3. Trocas, atualizações, tira as dúvidas.

P4. Em parte, algumas vezes sim, na maioria não tem sido assim, os professores que digam também, tem deixado à desejar. Ultimamente está melhorando um pouco.

P5- Muitas atribuições. Principalmente na área de alfabetização e letramento.

P6- Precisa melhorar, tem deixado a desejar, algumas vezes são bastante ricas.

P7. É bastante importante quando as formações nos atualizam sejam reflexivamente, legalmente ou teoricamente; nos deixam não só mais seguras como cada vez mais flexíveis e abertas ao aprendizado.

P8. Traz muita contribuição, pois nelas há troca de experiências entre coordenadores e suas práticas nas unidades. Traz questões específicas da rotina e que no estudo conseguimos esclarecer e aperfeiçoar.

P9. Atualização nas funções exigidas pela PCR, que cada gestão municipal muda algo no funcionamento das unidades.

P10. Em alguns momentos é importante, em outros, acho que deveria especificar para que

contribua mais na minha rotina de creche.

P11. Enriquece e atualiza meus conhecimentos. As temáticas e os recursos contribuem para qualificar a minha prática.

P12. Como coordenadora algo está modificando o perfil desse profissional. Ele é mais globalizador, exige multifuncionalidade, é profissão dinâmica, e que necessita do apoio do gestor, professor, etc.

P13. Na verdade, muitas vezes não vejo como um momento de qualificação e sim um repasse de demandas para coordenadores aplicarem nas escolas.

P14. Importante, porém às vezes desfocado da Educação Infantil. Ou seja, muito geral.

P15. É fundamental, pois como já dito na resposta acima, refletir e dialogar sobre temas pertinentes pode contribuir para melhorar nosso trabalho em sala de aula. No entanto, é preciso que a PCR escute os profissionais quanto aos temas de interesse e coerência com a etapa de ensino que o professor ou coordenador atua.

P16. A melhor possível.

Refletindo sobre a escrita das coordenadoras, percebemos que há muito a conquistar na oferta formativa da Rede Municipal de Ensino do Recife. De acordo com (PARO, 2007) se estamos preocupados com uma educação que não é mera passagem de conhecimento, então é preciso que a formação do educador seja pensada desse ponto de vista. Ressaltando que para algumas participantes da pesquisa a Formação Continuada acontece como retomada de conhecimentos antes adquiridos, discussão de temas atuais e apresenta-se como reflexiva e informativa positivamente.

Desse modo, nas reflexões realizadas através dos dados coletados na pesquisa, podemos perceber que em sua maioria, as coordenadoras entendem a formação continuada como necessária ao exercício da docência, dá-se a importância quando a formação está atrelada as necessidades e desafios do âmbito escolar. Vista como instrumento de inovação das práticas, reflexão, troca e revisitação dos saberes. Segundo (KRONBAUER, 2012) o educador deve perceber que sua atuação deve ser sempre revalidada e ressignificada, tendo como foco, atualizar-se metodologicamente e em conteúdos, ampliando sua credibilidade entre seus estudantes e as instituições nas quais atua.

De acordo com os registros, é notório que as coordenadoras observam que o formato das formações ofertadas pela Rede Municipal do Recife está em fase de aprimoramento, ampliando seu campo de atuação com uma visão modular, que torna as trocas mais significativas e presentes no momento de Formação, assim como a participação ativa dos docentes envolvidos nesse processo.

Ressaltamos que apesar da inovação na Gestão de Formação da Rede, ainda se faz necessário o momento de escuta e construção por parte dos docentes /coordenadores (as). Tornando-a mais dinâmica e significativa. E de que o tempo pedagógico para a reflexão, nas escolas é extremamente necessário para uma efetivação da qualidade no ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos neste instrumento de pesquisa as Implicações da Formação da Rede Municipal do Recife na percepção dos coordenadores pedagógicos que atuam na Educação Infantil. Nessa perspectiva afirmamos o quanto ela é importante por possibilitar aos sujeitos da cena educativa, momentos de escuta, reflexão, retomada e interações com os pares e consigo mesmo. Percebemos que apesar do novo olhar das políticas públicas para o seguimento da Educação Infantil, ainda há muito a se construir e desmistificar na cultura institucional desse segmento, cujas práticas pedagógicas, ainda não se direcionam efetivamente para o trabalho pedagógico com as crianças.

Todavia registramos avanços significativos, inclusive na função de coordenação pedagógica implantada nas últimas décadas nas redes de ensino. Destacamos que se faz necessário conhecer as especificidades da criança, como sujeito histórico desse contexto. Bem como o quanto o docente e coordenador (a) poderá mediar, fazendo intervenções, alinhando seu processo formativo com a sua prática em sala.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Sylvia H.S.S. & SEIFFERT, Otília M.L.B.: O Coordenador Pedagógico e a Avaliação da Aprendizagem: Buscando uma Leitura Interdisciplinar. In: **O Coordenador Pedagógico e o Cotidiano da Escola**. 6ed., São Paulo: Loyola, 2009.

BRASIL. **Lei 5.692/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de Brasileira.**

BRUNO, Eliane Bambini Gorgueira; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; HRISTOV, Luiza Helena da Silva (orgs.). **O Coordenador Pedagógico e a Formação Docente**. 13 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

KRONBAUER, Selenir Corrêa Gonçalves e SIMIONATO, Margareth Fadanelli, (org.) **Articulando Saberes na Formação de Professores**. São Paulo: Paulinas, 2012.



LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus, Professor? Adeus Professora?** Novas Exigências Educacionais e Profissão Docente. 1º. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos. O Coordenador Pedagógico na Educação Básica: Desafios e Perspectivas. In **Educare et Educare Revista de Educação**. Vol.2 n°4 Jul /Dez- p.77-90. 2007.

MAÇAIRA, Élia de Fátima Lopes;SOUZA, Kátia Marcelina de;GUERRA, Marcia Maria Del (Orgs.) **Política de Ensino da Rede Municipal do Recife:** subsídios para atualização da organização curricular. – 2ª ed. -- Recife: Secretaria de Educação, 2014.

PARO, Vítor Henrique. **Gestão Escolar, Democracia e Qualidade do Ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

PRADA, Luiz Eduardo Alvarado. **Formação Participativa de Docentes em Serviço**. Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 1997.

RIBEIRO, Magali Maria de Lima: **Ciclo de Aprendizagem & Inovação Pedagógica**. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2016.